

O PAPEL DO PEDAGOGO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR THE ROLE OF THE PEDAGOGUE IN RELATION TO SCHOOL INCLUSION

Ana Maria de Fátima Andrade¹
Fátima Cristina Marinho Corrêa Borges²
Silvani Carlotto³

RESUMO: O presente trabalho traz o papel do pedagogo quando se diz sobre inclusão escolar, sua atuação e sua importância. Com a finalidade principal de compreender o desempenho do pedagogo na educação inclusiva, tem como questionamento qual é o papel do pedagogo na inclusão escolar? A metodologia utilizada para o seu desenvolvimento é a pesquisa bibliográfica onde possui a finalidade de assinalar as obras disponíveis sobre o tema, foram reunidos às obras dos seguintes autores MALHEIROS (2011), AMARAL et. al (2014), GARCIA (2013), MENEZES (2001), Leis de Diretrizes e Bases (1996), KAILER e PAPI (2014), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) entre outros.

Palavras-Chaves: Escola. Pedagogo. Inclusão.

ABSTRACT: The present work brings the role of the pedagogue when it is said about school inclusion, its performance and its importance. With the main purpose of understanding the performance of the pedagogue in inclusive education, it questions the role of the pedagogue in school inclusion? The methodology used for its development, the bibliographical research where it has the purpose to indicate the available works on the theme, were gathered to the works of the following authors MALHEIROS (2011), AMARAL et. (1991), GARCIA (2013), MENEZES (2001), Laws of Guidelines and Bases (1996), KAILER and PAPI (2014), Statute of Children and Adolescents (1990), among others.

1114

Keywords: School. Pedagogue. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, [...] mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e disciplinados. (ABRAMOWICZ, 1997)

¹ Licenciatura em Pedagogia com habilitações: Magistério das Séries Iniciais do ensino fundamental e Magistério de Educação Infantil. Pós- Graduação "Lato Sensu" especialização em Neuroeducação. pela Faculdades Evangélicas integradas Cantares de Salomão. Instituto Panamericano de Educação Assessoria e Consultoria Educação Infantil e Especial. Email-anaeandreaekarla@gmail.com

² Universidade Federal de Mato grosso. Licenciada em Pedagogia com habilitação em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental/Universidade Federal de Mato grosso, ano 2007. Especialização - Lato Sensu - Língua Brasileira de Sinais e Educação Especial/Faculdade Cidade Verde, ano 2011. Especialização - Lato Sensu- Docência na Educação Infantil / Universidade Federal de Mato grosso, ano 2015. Atuando há 21 anos na Educação Infantil. fa.cris.correa@gmail.com

³Especialista em Educação Infantil e séries iniciais/licenciatura em Pedagogia- Faculdade Invest de Ciências e Tecnologias. Cuiabá- MT. E-mail: Silvacarlotto@hotmail.com

Aprender é uma capacidade que o ser humano já nasce e continua sendo desenvolvida ao longo da vida, existem alguns tipos de aprendizados que não necessita do auxílio do professor, elas são surgimentos dos reflexos e das necessidades que temos, outras são adquiridas conforme a nossa cultura, porém existem aquelas que precisam do professor para que elas ocorram, e é neste momento que surge a figura do pedagogo, que tem sua atuação na educação básica dos indivíduos. O presente trabalho tem como objetivo principal compreender o desempenho do pedagogo na educação inclusiva, pois inseri um indivíduo com necessidades especiais apenas em uma sala de aula não se é incluir. O processo de inclusão inicia-se do momento de sua matrícula até sua saída após o encerramento do horário de aula.

Esse processo de inclusão de pessoas com deficiências enfrentou e têm enfrentado muitas lutas, quebras de paradigmas e preconceitos. No primeiro momento iremos tratar um pouco do contexto histórico da inclusão, em seguida será abordado o processo de inclusão na escola e concluindo iremos tratar sobre a relação do pedagogo com a educação inclusiva, que o problema de pesquisa trata **qual é o papel do pedagogo na inclusão escolar?** Quanto aos objetivos o presente trabalho visa conhecer as diretrizes das políticas públicas para o professor em situação de inclusão escolar.

Este artigo possui em sua metodologia utilizada para o seu desenvolvimento pesquisa bibliográfica onde possui a finalidade de assinalar as obras disponíveis sobre o tema MALHEIROS (2011). Os dados coletados foram de eventual significância, pois, assim foi possível trazer contribuições e assim alcançar o objetivo primordial para a produção deste trabalho.

1115

I. CONTEXTO HISTÓRICO DA INCLUSÃO

AMARAL et. al (2014) refere que a inclusão se trata de algo recente em se tratando e inclusão de pessoas com algum tipo de deficiência, que a escola como a sociedade limita-se á apenas grupos seletos de pessoas, isso já acontecia na Roma antiga, onde as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram levadas e jogadas em alto mar sem nenhuma chance de sobrevivência ou sacrificavam conforme cita Garcia (pág. 1, 2013):

Na Roma antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriam alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios.

No Brasil somente nos anos 50 que começou a se falar de educação especial, ainda não

sobre inclusão, mas era um grande avanço, pois, muitos teóricos começaram a ver a necessidade que essas pessoas possuíam. Depois de uma série de discussões começaram a serem criadas leis que favoreciam á pessoas com necessidade especiais. Só em 1994 com a Declaração de Salamanca que surgiram as primeiras mudanças conforme cita Menezes (2001):

A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70.

Essa declaração apesar de ter sido na Espanha trouxe reflexo para todo mundo inclusive para o Brasil, pois, conseguinte a Lei de Diretrizes e Base (LDB) de 1994 estabeleceu a educação Especial como uma modalidade de ensino escolar dentro da rede regular, dispondo de todo aparato necessário desde disposição de onde e como deve ser atendida essa clientela, até a idade no qual deve ser inserido no ensino regular como cita capítulo V art. 58 e 59 da LDB (1996):

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender s suas necessidades;

- II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, pág.39,1996)

Algumas instituições foram surgindo ao longo dos anos, todos com o mesmo objetivo em busca de direitos àqueles que viviam como escória na sociedade, na década de 60 surge a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais conhecida como APAE onde teve grande expansão pelo território nacional e pelo mundial, onde se trata de uma causa filantrópica, conforme cita CAIROS (pág. 05, 2015):

Em 1954, foi fundada a APAE Rio, sendo a primeira APAE do Brasil. Com o passar dos anos as APAEs se expandiram por todo o país e pelo mundo, sendo considerado o maior movimento filantrópico na área de deficiência mental.

SASSAKI apud CAIRO (2015) diz que houve um trajeto referente à educação especial onde houve fases distintas onde as pessoas com necessidades especiais desde excluídas¹, seguidamente foram segregadas² depois de integradas³ e por último incluídas.

¹ Exclusão: ato que priva ou exclui alguém de determinadas funções; exclusiva. ² Segregação: Ação de segregar, de separar, de isolar, de se afastar; afastamento, separação.

2. O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA

A escola tem um papel primordial na vida de um indivíduo além de transmitir os saberes necessários ela prepara cada um deles para o exercício da cidadania. Um cidadão crítico tem sua identidade social construída no ambiente educacional no qual ele faz parte, isso se dá pela gama de diversidade de pessoas que nela está inserida, conforme nos afirma KAILER e PAPI (pág. 5 2014):

Dessa forma, entendemos que a atuação da escola perpassa todos os âmbitos de formação do indivíduo, desde a apropriação dos conteúdos escolares relacionados ao conhecimento, até em relação ao seu desenvolvimento social, influenciando a formação de valores e atitudes.

Diante dessa relação que se possui entre a escola e o indivíduo desde sua primeira infância o papel que a escola tem é fazer a socialização do conhecimento atuando na sua formação moral de seus alunos, promovendo assim um desenvolvimento pleno de cada cidadão. O ambiente educacional deve ser o lugar onde a pessoa terá uma toda preparação necessária para realizar os projetos e condições necessárias tanto para sua atuação no meio social como no meio intelectual, acadêmico ou científico, a base para um cidadão de sucesso que traz contribuições significativas para sua sociedade está é feita toda no período em que ela estiver na escola. Outro fator primordial que vale ser destacado é quanto aos valores que serão adquiridos dentro do ambiente educacional, valores esses que irão também preparar o indivíduo a viver de forma coletiva, valores como a conceituação e prática de solidariedade, respeito, justiça, igualdade entre outros, onde tais conceitos podem ser exercidos dentro da própria escola, já que nela possui uma diversidade de pessoas, diferentes em tanto em seu modo de pensar como também em seus

aspectos físico onde se insere tanto a questão das etnias como as pessoas que são portadoras de deficiência física ou mental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 trás em seus Artigos 2º e 3º princípios fundamentais para uma boa educação pautada no exercício da cidadania e acima de tudo respeito, vejamos o que ele cita:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno

³Interação: incorporação de um elemento num conjunto.

Disponível em <https://www.dicio.com.br>. Acesso 07.09.2018

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. **Art. 3º.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios. I Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI -

gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização

do profissional da educação escolar; VIII gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX -

garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra

escolar; XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A LDB enfatiza que a educação deve haver o respeito à tolerância, ao pluralismo de ideias, 1118

exercício a cidadania e práticas social, com isso vemos a tão grande importância à escola tem na vida do ser humano, são valores intransferíveis que um ambiente educacional transfere ao indivíduo. O Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) no artigo 54 inciso III de 1990 diz: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” com isso nota-se o direito que as pessoas portadoras de necessidades especiais têm. O que devemos ressaltar que esse processo de inclusão dentro das escolas não deve ser garantido apenas como uma forma de cumprir uma legislação, mas sim um ambiente que seja capaz de fazer com que todos venha se reconhecer como um sujeito crítico, ter uma participação e transformação ao meio social que está inserido conforme cita Kailer e Papi (pág.06, 2014):

O aluno passa a ser entendido, então, como sujeito capaz de transformar sua prática social, sendo atuante no sentido político e social. Nesse sentido, percebe-se que a função social da escola ultrapassa o imediatismo das ações e fortalece práticas e concepções a serem construídas pelas futuras gerações, influenciando nas mudanças sociais.

Assim como fazemos essa função primordial da escola com uma parte da sociedade que faz promoções tanto dentro dela como fora de ações que venha trazer mudanças, de pensamentos, paradigmas e atitudes, construindo assim uma sociedade mais forte, decidia,

crítica e acima de tudo lutando para diminuir a desigualdade em todos os aspectos, fazendo valer o que diz o artigo 5º da Constituição Federal que diz que todos perante a lei somos iguais, independente da natureza.

Apesar dos grandes avanços tanto no âmbito da legislação, na capacitação de profissionais, na estrutura física entre outros aspectos, ainda há muitas mudanças a serem feitas, são mudanças efetivas e de inovação metodológica, mais capacitação dos profissionais, propondo melhorias na promoção de valores apresentando uma educação igualitária para todos e assim os alunos e professores possam respeitar cada um segundo suas características.

3. O PEDAGOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Conhecemos um pouco sobre o contexto histórico da inclusão, também vimos que a educação é um direito de todos independente da sua crença, raça, necessidade especial e características físicas. Nessa trajetória temos a atuação do pedagogo que tem uma participação importantíssima nesse processo. Isso devido a sua formação que o habilita como papel de articulador dos trabalhos educativo que são desenvolvidos dentro escola. Seu trabalho se estende desde alfabetização até a formação de alunos que exerçam sua cidadania com atos democráticos. A sua habilitação se estende da educação infantil ao ensino fundamental se tornando assim o responsável pela construção da base educação de todos os indivíduos. Com isso seu trabalho segundo Romanowski (2007) é de movimentar as tarefas pedagógicas de forma que venha fazer a educação ser tornar efetiva, no sentido da qualidade do ensino, considerando a todos os alunos, sem fazer nenhum tipo de distinção, mostrando o valor que cada um possui e de que forma contribui para o meio que está inserido.

1119

Um dos grandes desafios que o pedagogo enfrenta hoje é a de mudar algumas práticas de exclusão, segregação, e integração, que ainda existem dentro da escola e principalmente nas salas de aula. O fato de um aluno está inserido dentro de uma sala regular não quer dizer que ele não possa estar sofrendo de exclusão, ou apenas está sendo integrado ali, sem falar no preconceito que ainda é existente, pois ainda existem pessoas que acreditam que a saliva de alguém que tenha epilepsia seja transmissível. Notamos o quanto os professores como os demais profissionais se encontram despreparado para lidar com alguém que tenha uma necessidade especial. Diante disso é necessário capacitação, políticas públicas para um bom trabalho ser realização com esse público.

A Revista Nova Escola (pág. 19, 2015/2016) nos traz a seguinte informação “O docente

responsável pela sala tem de manter uma comunicação permanente com esses vários setores e desenvolver estratégias que permitam que ao estudante evoluir” essa evolução se trata tanto de alunos que intitulos normais como os que possuem algum tipo de necessidade especial, além de identificar as barreiras físicas, emocionais e comunicativas propondo diversas alternativas para um resultado positivo. Outro papel fundamental do pedagogo é fazer com que os demais sejam seus parceiros nesse processo, pois além deles aprenderem a conviver com as diversas diferenças existentes eles farão com que o aluno especial sintam-se seguro e acolhido tanto dentro como fora da sala de aula.

4. METODOLOGIA

A pesquisa realizada pode ser classificada como bibliográfica, descritiva, de cunho exploratório e de natureza qualitativa. “A pesquisa descritiva tem por objetivo principal a descrição das características de determinada população” (GIL, 2002, p. 41). São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas na coleta de dados (GIL, 2002).

Dentre as características das pesquisas descritivas, salientamos aquelas que têm como objetivo maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito. Podemos dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias (GIL, 2002).

A pesquisa qualitativa considera os seguintes aspectos,

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados de abordagem (MINAYO, 2001, p. 37).

Os métodos qualitativos “[...] contribuem para a compreensão de fenômenos complexos na sua totalidade, por isso é bastante usado nas pesquisas relacionadas à educação” (GODOY, 1995, p. 23).

Para Lüdke (1988), a abordagem qualitativa tem como ponto de partida a compreensão e descrição das relações e significados dos fenômenos como compreendidos por grupo de pessoas.

Junto à abordagem qualitativa, associou-se a revisão bibliográfica, que pode ser definida como levantamento de bibliografias já publicadas em forma de revistas, livros, publicações avulsas sobre o tema abordado, que no caso deste artigo, trata da questão do papel do professor na inclusão escolar, utilizando autores como Kobayashi (2009) e também nas pesquisas de autores que discutem a inclusão de alunos no ensino regular como Laplane (2003) Mantoan (2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos seres humanos com direitos, direitos estes que temos antes mesmo de nascermos. Direito á vida, á saúde, á segurança, á moradia entre outros que são garantidos pelas leis que rege nosso país. Porém entre a teoria e prática há um longo caminho, o preconceito ainda é muito presente em nossa cultura, vivemos em uma sociedade que discrimina o que é diferente, e isso dificulta a inclusão, dificulta o processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. O trabalho que a escola realiza tem uma fundamental importância e significância na vida de uma pessoa, pois, planejamentos, práticas sociais, senso crítico, respeito ao próximo nas suas singularidades, tolerâncias entre outros aspectos e valores, são ações que a escola deve fazer. E o pedagogo tem papel nesse processo, ele será o responsável por fazer uma modificação em antigas práticas que exclui o que é diferente, promovendo a conscientização das diversidades existentes no ambiente educacional. Ressaltando que a compreensão sobre a diversidade não é somente saber, mas promover ações que mostre o reconhecimento de todos os indivíduos que têm igual valor em seus direitos.

Diante disso podemos entender que tanto a escola como a profissão do pedagogo é tão importante quanto qualquer outra coisa na vida de qualquer ser humano, independentemente de suas diferenças. E que as suas habilitações contribuem de forma significativa para acabar com o preconceito e com a exclusão, e que de fato a inclusão seja real nas práticas cotidianas da escola. Grandes são os desafios enfrentados pelas crianças que são portadores de algum tipo de deficiência, tanto na sua vida cotidiana como dentro do ambiente escolar. E os professores e principalmente de educação básica tem que ter e buscar mecanismo que atraia essas crianças, estabelecendo um elo afetivo, de confiabilidade entre professor-aluno para que as crianças sintam se a vontade nas aulas e participe de forma voluntária das atividades propostas, assim terá os estímulos para que tenha o progresso necessário e que aconteça seu desenvolvimento de forma integral.

Como desfecho desse trabalho conclui-se que o papel primordial do pedagogo é mobilizar e definir o trabalho pedagógico visando alcançar uma educação de qualidade que valorize todos os alunos, independentemente de suas características.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Marciliana Baptista. *Et.al.* **Breve Histórico da Educação Inclusiva e Algumas Políticas de Inclusão: Um olhar para as Escolas em Juiz de Fora.** Disponível em <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk5.pdf>. Acesso em 07.09.2018
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em

<http://www.dca.fee.unicamp.br/~leopini/consu/reformauniversitaria/ldb.htm>. Acesso em 05.09.2018

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**/Secretária dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Assessoria da Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS,2005.

_____. Constituição Federal.

CAIROS, Ana Paula. **Contexto Histórico da Educação Especial no Brasil**. Disponível em: <http://pedagogiando.blogspot.com.br/2015/09/contexto-historico-da-educacao-especial.html>. Acesso em 07.09.2018

GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiências na História do Mundo**. Disponível em <https://www.deficienteciente.com.br/as-pessoas-com-deficiencia-na-historia-do-mundo.html>. Acesso em 07.09.2019.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Marta (Org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p. (Cadernos da TV Escola).

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

KAILER, Priscila Gabriela. PAPI, Silmaria de Oliveira Gomes. **O Papel do Pedagogo em Relação à Inclusão Escolar**. Disponível em http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/859-1.pdf. Acesso em 06.09.2018.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbete Declaração de Salamanca**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 07.09.2018.

MALHEIROS, BRUNO TARANTO. **Metodologia de Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro. LTC, 2011. 1122

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização Docente**. Curitiba: IBPEX, 2007.

REVISTA, Nova Escola. **Inclusão: Um trabalho Coletivo**. São Paulo. Editora Abril, 2015/2016